

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ****SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI**

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, CEP 64018-900
 Telefone - (86) 3216-3204 / 3392 - <http://www.seduc.pi.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00011.054841/2023-11

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste documento a realização de procedimento licitatório pela modalidade pregão eletrônico para o estabelecimento de **Registro de Preços para aquisição de mobiliário escolar do tipo conjunto refeitório, composto com 1 mesa e 10 cadeiras, para atender a rede pública estadual de ensino do Piauí**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

TABELA 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>CONJUNTO REFEITÓRIO - Conjunto de mesa com pés dobráveis e 10 cadeiras - Tamanho adulto.</p> <p>1 - Mesa:</p> <p>Mesa confeccionada em resina ABS, com tampo oval medindo 2400mm de comprimento por 800mm de largura, fixado a estrutura por meio de parafusos autoatarrachantes e invisíveis, marca do fabricante injetada em auto-relevo deverá estar no encosto e no tampo da mesa, base do tampo da mesa formada por tubos retangulares 20mm x 30mm, uma barra em tubo 20x30mm em cada extremidade para a fixação do mecanismo de dobramento dos pés, permitindo o empilhamento das mesas, estrutura em tubo de aço industrial seção retangular de 80x40mm para as colunas fazendo a interligação do tampo com os pés, pés em tubo de aço 50x25mm, chapa 1.5 com revestimento em polipropileno na mesma cor do tampo fixado por rebites galvanizados, para proteção da pintura.</p> <p>2 - Cadeira:</p> <p>Cadeira com assento e encosto em resina plástica virgem, fabricados pelo processo de injeção termoplástico, marca do fabricante injetada em auto-relevo deverá estar no encosto. Assento com medidas mínimas 340mm x 340mm, altura assento/chão 349mm aproximadamente, fixado por parafusos. Encosto com medidas mínimas 340mm x 330mm com puxador para facilitar o carregamento da cadeira, fixado por meio de parafusos. Sapatas calandras antiderrapantes envolvendo as extremidades, desempenhando a função de proteção da pintura prevenindo contra ferrugem, medindo 162mm x 53mm e 100mm x 53mm com tolerância de +/- 2,00mm, injetadas em polipropileno virgem e presa à estrutura por de parafusos. Estrutura metálica fabricada em tubo de aço industrial tratados por conjuntos de banhos químicos para proteção e longevidade da estrutura e soldado através do sistema MIG. Estrutura formada por dois pares de tubo oblongo medindo 16mm x 30mm com espessura de 1,5mm. Base do assento e interligação ao encosto em tubo oblongo medindo 16mm x 30 mm com espessura de 1,5mm fixada entre uma das colunas que liga a base do assento aos pés. Base dos pés em tubo oblongo medindo 20mm x 48mm com espessura de 1,5mm em forma de arco com raio medindo no máximo 800,0mm.</p> <p>3 - Exigências Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantia de 24 meses, contra defeitos de fabricação, contados a partir da data de entrega do mobiliário; - Manual de uso e conservação. 	4.823 unidades	R\$ 7.006,00	R\$ 33.7
2	<p>CONJUNTO REFEITÓRIO - Conjunto de mesa com pés dobráveis e 10 cadeiras - Tamanho adulto.</p> <p>1 - Mesa:</p> <p>Mesa confeccionada em resina ABS, com tampo oval medindo 2400mm de comprimento por 800mm de largura, fixado a estrutura por meio de parafusos autoatarrachantes e invisíveis, marca do fabricante injetada em auto-relevo deverá estar no encosto e no tampo da mesa, base do tampo da mesa formada por tubos retangulares 20mm x 30mm, uma barra em tubo 20x30mm em cada extremidade para a fixação do mecanismo de dobramento dos pés, permitindo o empilhamento das mesas, estrutura em tubo de aço industrial seção retangular de 80x40mm para as colunas fazendo a interligação do tampo com os pés, pés em tubo de aço 50x25mm, chapa 1.5 com revestimento em polipropileno na mesma cor do tampo fixado por rebites galvanizados, para proteção da pintura.</p> <p>2 - Cadeira:</p> <p>Cadeira com assento e encosto em resina plástica virgem, fabricados pelo processo de injeção termoplástico, marca do fabricante injetada em auto-relevo deverá estar no encosto. Assento com medidas mínimas 340mm x 340mm, altura assento/chão 349mm aproximadamente, fixado por parafusos. Encosto com medidas mínimas 340mm x 330mm com puxador para facilitar o carregamento da cadeira, fixado por meio de parafusos. Sapatas calandras antiderrapantes envolvendo as extremidades, desempenhando a função de proteção da pintura prevenindo contra ferrugem, medindo 162mm x 53mm e 100mm x 53mm com tolerância de +/- 2,00mm, injetadas em polipropileno virgem e presa à estrutura por de parafusos. Estrutura metálica fabricada em tubo de aço industrial tratados por conjuntos de banhos químicos para proteção e longevidade da estrutura e soldado através do sistema MIG. Estrutura formada por dois pares de tubo oblongo medindo 16mm x 30mm com espessura de 1,5mm. Base do assento e interligação ao encosto em tubo oblongo medindo 16mm x 30 mm com espessura de 1,5mm fixada entre uma das colunas que liga a</p>	1.607 unidades	R\$ 7.006,00	11.25

base do assento aos pés. Base dos pés em tubo oblongo medindo 20mm x 48mm com espessura de 1,5mm em forma de arco com raio medindo no máximo 800,0mm.			
3 - Exigências Técnicas:			
- Garantia de 24 meses, contra defeitos de fabricação, contados a partir da data de entrega do mobiliário;			
- Manual de uso e conservação.			
TOTAL	6.430 unidades	----	

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Trata-se da necessidade de aquisição de materiais permanentes para suprir a demanda das unidades escolares, uma vez que não consta equipamentos no Almoxarifado da SEDUC, dificultando o atendimento às escolas da rede estadual de ensino, visando a garantia do regular desempenho das atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Educação do Estado do Piauí.

2.2 Objetiva-se contribuir para a melhoria da qualidade do ensino visando à qualificação da oferta, acesso e permanência com sucesso dos alunos da rede estadual de ensino do Piauí.

2.2.1 Adquirir equipamentos escolares para a área de refeitório escolar;

2.2.2 Selecionar a proposta mais vantajosa, trazendo equipamentos com boa qualidade e com custos reduzidos, mantendo a padronização e a eficiência de procedimentos de registro de preços;

2.2.3 Valorizar o espaço do refeitório escolar com mobiliário adequado que possibilite estrutura, eficiência e conforto para alunos, trabalhadores da educação e comunidade escolar, ampliando as condições de acesso ao espaço;

2.2.4 Garantir condições seguras nos espaços escolares através de equipamentos novos e de boa qualidade que contribua para o processo de ensino e aprendizagem do aluno, da estrutura na condução dos trabalhos dos servidores da educação e da ampliação da participação da comunidade escolar.

2.3 A Secretaria da Educação, conforme a Lei Estadual n. 7.884, de 08 de dezembro de 2022, tem como missão:

"IX - viabilizar a infraestrutura e equipamentos necessários para qualificar a oferta de cursos de educação tecnológica, considerando os arranjos produtivos locais".

2.4 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Cap. II dos Direitos Sociais, em seu Art. 6º, estabelece que

"São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição". Ainda na lei citada, o Art. 205 determina que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

2.5 A necessidade da aquisição pela Administração Pública fundamenta-se no comprometimento e obrigação do Governo do Estado em disponibilizar ao aluno uma educação de qualidade através uma escola moderna, com uma estrutura e equipamentos que promovam maior qualificação e desenvolvimento do ensino, tendo em vista a continuidade e expansão da oferta de educação profissional e técnica, da ampliação do tempo integral no ensino médio regular e da melhoria das condições das outras modalidades de ensino no âmbito da rede estadual de ensino. Ainda mais, a eficiência na aplicação de políticas públicas na área de educação requer da Gestão uma melhoria contínua dos espaços administrativos do seu corpo técnico, pedagógico e de ensino das escolas, da SEDUC e das Gerências Regionais.

2.6 Ademais, a Lei Estadual nº 7.482, de 18 de janeiro de 2021, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, prevê que o Termo de Referência, com base no ETP, apresenta os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto.

2.7 A Unidade Administrativa apresentou a justificativa para a aquisição do mobiliário escolar/conjunto refeitório, conforme contextualização contida no **SEDUC Memorando 132**, relatando da impossibilidade do prosseguimento do processo de registro de preços, razão pela qual optou-se pela solução de abertura de procedimento licitatório para atendimento da demanda da rede estadual de ensino do Piauí.

2.8 Em consulta à SEAD para verificação de existência de Ata de Registro de Preços, a mesma informou negativamente, conforme SEAD_CERTIDÃO 875 (9012056).

2.9 Diante disso, a necessidade da aquisição de Conjunto Refeitório (mesa e cadeiras), para funcionamento pleno e eficaz das escolas da rede estadual de ensino, bem como a viabilização da expansão de tempo integral, a qual levou em consideração as necessidades existentes na rede pública estadual de educação que será beneficiada pela aquisição, para uma melhoria contínua dos espaços administrativos do seu corpo técnico, pedagógico e de ensino das escolas, assim como nas gerências regionais e sede da SEDUC.

2.10 A reestruturação dos espaços compõe um conjunto de iniciativas que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos seus servidores, alunos e responsáveis. Para alcançar resultados com eficácia, faz-se necessário a otimização do espaço físico, com a aquisição de novos equipamentos da linha branca, que propiciem o adequado funcionamento de todos os setores, sejam pedagógicos, sejam administrativos, dentro das condições exigidas de conforto, segurança e higiene.

2.11 Dessa forma, em vista da necessidade de atender a comunidade escolar ao oportunizar um ambiente saudável e apto à receber os alunos, pais, professores e demais profissionais da educação, garantindo um convívio harmônico e eficiente para o aprendizado do aluno, inserido no contexto social de descoberta e de exercício de sua cidadania, torna-se evidente a viabilidade técnica e econômica, para fins de aquisição do referido objeto escolar.

2.12 A presente aquisição dos equipamentos demonstra, como potencial, os seguintes resultados:

I - Adquirir de forma mais vantajosa para a instituição materiais permanentes que supram a necessidade, atendendo os requisitos ambientais e econômico-financeiros;

II - Expandir as Escolas de Tempo Integral no estado do Piauí, disponibilizando melhores condições de funcionamento nas unidades escolares ofertantes, visando proporcionar ao aluno estrutura básica mínima que possibilite um aprendizado com aperfeiçoamento teóricos e práticos de qualidade;

III - Economia no valor da aquisição em função do ganho de escala;

IV - Eficiência e economicidade com a diminuição do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;

V - Efetividade com a padronização dos produtos e oferta de uma solução que objetiva maior produtividade e colaboração entre as equipes.

2.13 Portanto, a presente contratação atende adequadamente à demanda formulada, os benefícios a serem alcançados são viáveis, os custos previstos são compatíveis com a economicidade pública e os riscos envolvidos são administráveis, razão pela qual se consigna numa aquisição tecnicamente consolidada para o objetivo proposto em atender a rede de ensino pública estadual, tanto no âmbito da ampliação e aprimoramento das ofertas de cursos técnicos de nível médio e profissionalizantes, com a expansão das escolas de tempo integral e do atendimento da rede regular de ensino como um todo.

3. DA SOLUÇÃO ADOTADA

3.1 A solução definida consiste na realização do registro de preços para aquisição, sob demanda, de **mobiliário escolar do tipo conjunto refeitório, composto com 1 mesa e 10 cadeiras, para atender a rede pública estadual de ensino do Piauí**, conforme levantamento da demanda apresentado **Documento de**

Oficialização da Demanda (DOD) 91 (8883916).

3.2 O procedimento licitatório adotado é a modalidade **pregão**, na **forma eletrônica**, para **registro de preços**, do tipo **menor preço por item**, em conformidade com a Lei n. 10.520/2002, a Lei Estadual n. 7.482/2021, a Lei Estadual n. 6.301/2013, o Decreto Estadual n. 11.319/2004, o Decreto Estadual n. 16.212/2015 e a Lei Complementar n. 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n. 8.666/93, o Decreto Federal n. 7.892/2013, o Decreto Federal n. 10.024/2019 e o art. 3º da Lei Complementar n. 198, de 28 de junho de 2023.

3.2.1 Amolda-se ao tipo de solução que se busca contratar, no caso concreto a aquisição de **mobiliário escolar constituído de conjunto contendo 01 mesa com 10 cadeiras para refeitório de escolas públicas**, o qual se apresenta como bem comum, definido como aquele que apresenta padrões de desempenho e de qualidade definidos objetivamente por edital, com utilização de especificações usuais de mercado, conforme demonstrado na **Tabela 01** deste instrumento, com base no art. 3º, II da Lei Estadual n. 7.482/2021 e do art. 1º, parágrafo único da Lei n. 10.520/2002.

3.2.2 De acordo com o art. 6º, III da Lei n. 8.666/93, enquadra-se a pretensão contratual no tipo **compra**, por envolver a *"aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente"* a ser processada mediante Sistema de Registro de Preços, uma vez que *"as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através de sistema de registro de preços"*, conforme art. 15, II da Lei n. 8.666/93, bem como previsto no art. 2º do Decreto Estadual n. 11.319/2004 e no art. 2º da Lei Estadual n. 6.301/2013.

3.2.3 A utilização do registro de preços deverá constar em edital, cujos procedimentos *"serão tomadas como base para as futuras contratações"*, conforme art. 5º, parágrafo único do Decreto Estadual n. 11.319/2004.

3.2.4 Ainda de acordo com o Decreto Estadual n. 11.319/2004, no art. 10, a utilização do registro de preços poderá ser utilizada nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV – quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

(destaque nosso)

3.2.5 Por outro lado, de acordo com o art. 23, não se configura obrigação, por parte da Administração Pública, de realizar *"qualquer contratação, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do Sistema de Registro a preferência de fornecimento em igualdades de condições"*.

3.2.6 Com base nas opções apresentadas, apresenta-se como eficiente no âmbito da SEDUC a aquisição frequente do objeto, haja vista a carência deste material no Almoxarifado, além daqueles equipamentos constantes atualmente nas escolas que necessitam de uma nova revitalização através do processo de substituição e padronização desse tipo de mobiliário.

3.2.7 A contratação frequente, neste caso, atende às expectativas do planejamento para esta aquisição, uma vez que se coaduna com o grupo atual de escolas do tempo integral que são 200 unidades escolares, bem como da expansão do modelo para o restante da rede escolar estadual, chegando a 646 unidades escolares.

3.2.8 Além disso, o objeto em si, no âmbito de seu fornecedor, pode ser realizado de forma parcelada, dentro, no caso, das condições gerenciais trazidas por uma ata de registro de preços, cuja metodologia de contratação permite que a Administração Pública acione, sob demanda, a empresa registrada para o atendimento de suas necessidades previamente acordadas no registro de preços.

3.2.9 A opção pelo registro de preços é justificada uma vez que o objeto se apresenta como solução para o atendimento da demanda da rede escolar, a qual consta com refeitórios que necessitam de mobiliários adequados para utilização, bem como devido à expansão do tempo integral da rede ensino estadual, trazendo para o cenário uma alternativa de aquisições futuras, sob demanda, que possibilitem entregas parceladas dos equipamentos.

3.2.10 Dessa forma, o planejamento da contratação por meio de demanda permitirá que o atendimento da necessidade se alinhe no âmbito da expansão da implantação do tempo integral na rede escolar estadual, além, naturalmente, atender de forma satisfatória o atual grupo de escolas de tempo integral, havendo outra vantagem que consiste na diminuição do tempo de guarda no Almoxarifado da SEDUC, dispondo quase que prontamente para as escolas aqueles equipamentos recém entregues pelo fornecedor contratado.

3.2.11 A Ata de Registro de Preço é um instrumento utilizado pela Administração Pública para aquisição de bens e serviços, por meio da seleção de fornecedores pré-qualificados, dando condições de obtenção de melhores condições comerciais, uma vez que permite a obtenção de preços mais competitivos em virtude do volume de contratações previstas no documento. Os fornecedores pré-qualificados geralmente oferecem descontos e condições mais favoráveis para aquisições em maior escala, o que beneficia a Administração Pública.

3.2.12 A ata de registro de preços também garante segurança jurídica ao órgão público, uma vez que o processo de seleção dos fornecedores realizado possibilita seguir todos os critérios e exigências legais, evitando possíveis questionamentos e contestações futuras, reduzindo os riscos de impugnações e litígios.

3.2.13 Com base no princípio da eficiência, o registro de preços tem por característica a aquisição parcelada de bens, ou mesmo única, a depender da demanda estabelecida pela gestão da Administração Pública no gerenciamento do atendimento de suas necessidades, sendo compatível com a modalidade pregão eletrônico, conforme art. 1º da Lei Estadual n. 6.301/2013 e art. 1º, §1º da Lei Estadual n. 7.482/2021.

3.2.14 A licitação será dividida em **itens**, conforme **Tabela 01**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

3.2.15 O objeto prevê cota exclusiva para participação de microempresa e empresa de pequeno porte, por se tratar de bem de natureza divisível, conforme art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006, art. 5º, §2º do Decreto Estadual n. 16.212/2015 e segundo orientações das Súmulas PGE/PI n. 14 (tratamento diferenciado e exclusivo para ME/EPP) e n. 24 (adjudicação por item como regra em objeto de natureza divisível), e TCU n. 247 (adjudicação por item como regra em objeto de natureza divisível), objetivando uma ampla participação dos licitantes interessados na presente contratação, permitindo maior competição e atendimento da seleção da proposta mais vantajosa que atenda às necessidades da Administração.

3.2.15.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.2.15.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.2.15.3 A compra do item da cota reservada deverá ser dada com o mesmo percentual estabelecido na divisão.

3.3 Para o levantamento dos quantitativos da presente demanda, foi considerada a utilização de metodologia de aferição direta com escolas e gerências regionais, através da disponibilização de link para o colhimento de demandas diversas dos gestores.

3.4 O levantamento tem como finalidade dispor a situação real existente na ponta da administração da SEDUC, ou seja, significa conferir ao gestor das escolas a demonstração dos estados de estrutura e de equipamentos dos quais se utilizam para o desenvolvimento de suas funções institucionais.

3.5 Os itens indicados refletem a urgente necessidade de aquisição em vista da ampliação da oferta do ensino de tempo integral na escolas da rede estadual, bem como pela necessidade de substituição dos equipamentos que se encontram em estado precário atualmente.

3.6 Isso porque não há na SEDUC equipamento suficiente para o atendimento da rede escolar e dos setores administrativos, tornando-se imprescindível a realização de procedimento de registro de preços que possibilite o gerenciamento da demanda por contratações eventuais que atendam a necessidade apresentada e no menor tempo possível de guarda e armazenamento do equipamento no Almoxarifado da SEDUC, diminuindo, com isso, a probabilidade de degradação do equipamento.

3.7 Para esse primeiro momento, é compreensível que a quantificação da necessidade tenha sido feita através de consulta direta às escolas, tendo sido, posteriormente, reformulada com a demanda administrativa pela UGIE, até mesmo em vista da formação de base da qual serve como ponto referencial para o planejamento das contratações de equipamentos da SEDUC.

3.8 Nesse sentido, a presente contratação possui um significativo potencial de economia, abarcando a redução dos custos administrativos provenientes da centralização da compra, bem como a diminuição do valor unitário dos equipamentos por meio do potencial do ganho de escala, oriundo da quantidade de equipamentos previstos para ano de 2024, ou até mesmo 2025, a verificar o potencial de prorrogação da ata de registro de preços, conforme art. 3º, §1º da Lei Estadual n. 6.301/2013.

4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. As exigências de **habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no **edital**.

4.2. Os critérios de **qualificação econômico-financeira** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no **edital**.

4.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- a. Apresentação de no mínimo **01 (um) atestado de capacidade técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre que o licitante forneceu ou em processo de fornecimento de objeto com mesma natureza ou similar ao objeto da licitação;
- b. A parcela de relevância para a comprovação técnica da licitante será de **10% (dez por cento)** do quantitativo total do(s) item(ns) de participação;
- c. Os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - c.1 - Dados de Identificação do Órgão Emissor ou Empresa: razão social, CNPJ, endereço, contatos, representante responsável, incluindo assinatura;
 - c.2 - Descrição do objeto contratado, quantidade, valor, local e prazo de execução.
- d. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;
- e. O objeto apresentado deverá constar no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, conforme contrato social ou aditivo consolidado;
- f. O percentual admitido da parcela de relevância indica o parâmetro objetivo para análise técnica da licitante no âmbito do fornecimento do objeto a que se pretende apresentar proposta, possibilitando a Administração Pública avaliar as condições de atendimento da finalidade da aquisição.

4.4 Serão consideradas inabilitadas as propostas das empresas que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios em partes essenciais e não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação.

5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 A **proposta deverá ser acompanhada de catálogos e/ou de manuais**, com a descrição clara, precisa e detalhada do objeto por meio de descrição das especificações técnicas que possam ser aferidas com base nas informações exigidas deste instrumento, **sob pena de desclassificação**.

5.2 Os requisitos que deverão constar na proposta de preços são:

- a. Ser redigida em língua portuguesa e assinada representante legal da licitante;
- b. Não apresentar rasuras, ressalvas, emendas, acréscimos e entrelinhas, deixando claro a inexistência de proposta alternativa;
- c. Conter dados do licitante: razão social, número do CNPJ, nome, endereço completo, número de telefone para contato, sítio da Internet, se houver, endereço eletrônico, banco, números da agência e conta corrente;
- d. Indicar nome do representante legal (sócio administrador ou procurador habilitado), juntamente com a documentação pessoal (RG/CPF) e endereço;
- e. Descrever as especificações técnicas do objeto, com apresentação de marca, modelo, quantidades, valores unitários e totais;
- f. Apresentar prazo de validade e condições de garantia de fornecimento do objeto;
- g. Declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.3 Os **catálogos e/ou manuais** deverão estar na versão em língua portuguesa, que demonstrem as especificações técnicas do objeto, como marca, modelo, fabricante, procedência, natureza dos materiais, componentes, dimensões, modelos, funcionalidades e imagens ou desenhos de estruturas, conforme estabelecido no Art. 31 do Código de Defesa do Consumidor.

5.3.1 Não serão admitidos catálogos em língua inglesa, espanhol, francês ou ainda catálogos em línguas, alfabetos ou ideogramas diferentes do alfabeto latino do padrão ISO, **sob pena de desclassificação**.

5.4 Os valores apresentados na proposta deverão estar em moeda nacional (Reais - R\$) em algarismo, com duas casas decimais.

5.5 No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, não ultrapassando os valores máximos estabelecidos por este instrumento, conforme Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário.

5.6 Após o final da etapa de lances, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar proposta readequada de preços, em arquivo único, no prazo fixado em edital.

5.7 A proposta comercial terá validade mínima de **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da sessão pública.

5.8 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições estabelecidas neste instrumento.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Do Fornecimento:

6.1.1 O fornecimento do equipamento será realizado por solicitação do Órgão Gerenciador, mediante acionamento da empresa registrada para a prestação do serviço de entrega do objeto, em remessa integral ou parcelada, conforme a necessidade apresentada pelo solicitante.

6.1.2 O equipamento deverá ser fornecido em perfeitas condições (produtos novos, de primeiro uso, não remanufaturados), conforme especificações técnicas, no prazo e local constantes no Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

6.1.3 O equipamento deverá estar em conformidade com as exigências técnicas certificadas por órgãos de controle e qualidade, com base em normativas de padrão nacional de produção industrial, segundo normas da ABNT e/ou órgão regulador competente.

6.1.4 A empresa deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando for o caso:

- a. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

- c. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.1.5 Os modelos dos bens fornecidos devem estar classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição, quando for o caso.

6.1.6 O transporte, carga e descarga dos bens serão de exclusiva responsabilidade da Contratada em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos bens. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas e suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

6.1.7 Não transferir a outrem, no todo ou em parte o fornecimento do equipamento sem prévia e expressa anuência da SEDUC, responsabilizando-se por todas as despesas, tais como, impostos, taxas, garantia, embalagens, licenças, alvarás, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outras formas devidas relativas e indispensáveis à perfeita execução do objeto do presente Termo de Referência.

6.2 Da Entrega:

6.2.1 O prazo de entrega será realizado de acordo como o cronograma da **Tabela 2**, sendo iniciado a partir do recebimento pela empresa contratada da **nota de empenho e da ordem de fornecimento**.

TABELA 02

CRONOGRAMA DE ENTREGA	
Até 500 unidades	Até 30 dias
De 500 a 1.000 unidades	Até 60 dias
Acima de 1.000 unidades	Até 90 dias

6.2.3 O local de entrega é o **Almoxarifado da SEDUC, no endereço Rua Gilbratar, n. 3230, bairro Dirceu I, CEP: 64.077-045, Teresina - PI, segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min às 13h30min, telefone de contato: (86) 3216-3376/9497.**

6.2.4 O responsável pelo setor de Almoxarifado e Patrimônio da SEDUC/PI receberá os bens de forma provisória, num primeiro momento, passando para a **Comissão de Gestão e Fiscalização**, na forma do **item 6.3.1**.

6.2.5 A SEDUC apresenta condição de guarda e de armazenamento no Almoxarifado Central, apropriado para o recebimento dos bens entregues pela Contratante, dotado de infraestrutura adequada para o acondicionamento e preservação dos referidos materiais.

6.3 Do Recebimento:

6.3.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **02 (dois) dias úteis**, pela Comissão de Gestão e Fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3.3 O recebimento definitivo deverá ser efetuado no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado realizado devidamente atestado pela Comissão de Gestão e Fiscalização.

- a. Os produtos deverão ser entregues acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) e da(s) Autorização(ões) de Fornecimento, as quais deverão discriminar os produtos, quantidades, marcas, preços unitários e totais;
- b. Compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c. Os itens deverão ser entregues devidamente acondicionados e embalados individualmente, deverão ser empacotados em caixas de material reforçado devidamente fechadas, com a identificação do número do Pregão, nome da empresa fornecedora, do item e sua respectiva quantidade. As caixas devem ser resistentes a fim de evitar qualquer tipo de dano ao item durante as etapas referentes ao transporte, que assegurem o seu posterior uso em perfeitas condições. Não serão aceitas caixas sem a identificação de forma clara;
- d. O Contratado deverá entregar os itens conforme demanda de quantidade e tamanhos definidos pela Contratante.

6.3.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.3.6 Não será admitida quaisquer alterações dos bens sem o prévio conhecimento e aprovação da SEDUC.

6.4 Da Fiscalização:

6.4.1 A fiscalização da contratação decorrente deste Registro de Preços devem observar o disposto no Decreto nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, que estabelece procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais e nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, após celebração do contrato, será designado, por meio de portaria interna, **01 (um) Gestor e 03 (três) Fiscais**, com objetivo de acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, juntamente com o responsável do Almoxarifado da SEDUC-PI.

6.4.2 Comunicar a empresa quaisquer irregularidades na entrega dos materiais, para adoção de providências cabíveis.

6.4.3 Demais **condições de fiscalização** estão previstas no **contrato**.

6.5 Da Garantia Contratual dos Bens:

6.5.1 O prazo de garantia contratual dos bens é de no mínimo **12 (doze) meses**, comportando a garantia legal do produto e a complementar, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.5.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.5.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.5.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela desenhada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.5.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.5.6 O fornecedor deverá garantir a disponibilidade de componentes e peças de reposição para os bens fornecidos por um período mínimo de **02 (dois) anos**, contado a partir da data de entrega.

6.5.7 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação.

6.5.8 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

6.5.9 Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.5.10 O término do atendimento, considerando a colocação dos bens em perfeito estado de uso, não poderá ultrapassar **05 (cinco) dias úteis** do início do atendimento.

6.5.11 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.5.12 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

6.5.13 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

7.1 De acordo com o art. 12 do Decreto Estadual nº 11.319/2004, o fato de existirem preços registrados, em nenhum caso, obriga a Administração a firmar qualquer tipo de contratação que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização e procura de outros meios, desde que respeitada a legislação respectiva, assegurando-se a todos os possíveis beneficiários do registro preferência e igualdade de condições entre os registrados.

7.2 Conforme disposto no art. 15 do Decreto estadual nº 11.319/2004, todos os fornecedores que tenham seus preços registrados, quando necessário, poderão ser convidados para firmar contratações decorrentes do registro de preços, desde que no período de sua vigência e observadas todas as exigências do instrumento convocatório e demais normas pertinentes.

7.3 A **prazo de vigência contratual** é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma prevista do art. 57, § 1º da Lei 8.666/93.

7.4 O **prazo de execução do contrato** é aquele estabelecimento para a entrega do objeto pelo fornecedor, na forma indicada no **item 6.2.1** deste instrumento.

7.5 **Poderá haver aplicação de garantia de execução** para os contratos da ata de registro de preços, conforme as seguintes condições:

7.5.1 O Contratado, no prazo de **05 (cinco dias) úteis** após o recebimento do ofício de notificação ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a **até 5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

7.5.2 A SEDUC determinará no processo de contratação a necessidade ou não de aplicação da garantia contratual, bem como do percentual a ser aplicado, em caso de adoção da mesma.

7.5.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a. Caução em dinheiro;
- b. Títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- c. Seguro-garantia;
- d. Fiança bancária.

7.5.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta apresentada no contrato, com correção monetária.

7.5.5 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

7.5.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.5.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

7.6 As condições de **pagamento, reajuste, obrigações, rescisão e sanções** são estabelecidas no **modelo padrão de contrato da PGE/PI**.

7.7 Fica vedada à Contratada interrupção da execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

8. DO ORÇAMENTO PREVISTO

8.1 O custo total estimado da contratação é de **R\$ 45.048.580,00 (quarenta e cinco milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e oitenta reais)**, obtido com base nos procedimentos técnico-operacionais para a realização de pesquisa de preços, conforme **art. 4º da Instrução Normativa n. 001/2021 da CGE/PI**.

8.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado do Piauí ou de Transferência Voluntária.

8.3 A natureza da despesa será no código **44.90.52**, aquisição de material permanente, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, novembro/2021, Tesouro Nacional.

Elaborado por:

Leovídio Bezerra Lima Neto

Gerente de Planejamento

Diretoria de Licitação

De Acordo:

Arielma Denise de Oliveira Silva

Diretora Administrativa

Unidade Administrativa - UNAD

Aprovo o presente Termo de Referência, conforme declarações exaradas de seus responsáveis, do qual afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela, nos termos do art. 7º, I, §2º da Lei n. 8.666/93, da Lei n. 10.520/2002, da Lei Estadual n. 7.482, de 18 de janeiro de 2021, da Lei Estadual n. 7.884, de 09 de dezembro de 2022 e da Resolução CGFR n. 03/2020.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

Secretaria da Educação do Estado do Piauí - SEDUC/PI



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO** - Matr.0171745-6, **Gerente**, em 06/12/2023, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO** - Matr.1920716, **Secretário de Estado da Educação**, em 06/12/2023, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **010319072** e o código CRC **3F857B33**.